

10. PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A UNIVERSIDADE DO MINHO, RELATIVO À CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DOS PRÉDIOS DA UNIVERSIDADE DO MINHO:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, a minuta do protocolo de cedência de utilização entre o Município de Braga e a Universidade do Minho, que vai em anexo.



BRAGA
Município

PROPOSTA

A 25 de Junho.
2009.02

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A UNIVERSIDADE DO MINHO

Considerando que a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, constituem atribuições dos municípios, nos termos do estabelecido no n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua redação atual);

Considerando que os municípios dispõem de atribuições nos domínios do património, tempos livres e desporto (cfr. alíneas e) e f) do n.º 2 do citado artigo 23.º);

Considerando que compete à câmara municipal “*apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças*” (cfr. alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando que o Município de Braga tem como objetivo estratégico dotar a cidade de espaços verdes e de lazer que permitam disponibilizar à população alternativas credíveis para a prática desportiva, formal e informal;

Considerando que o presente protocolo permitirá dotar a cidade de Braga de um novo polo desportivo e de lazer para utilização da população em geral, composto de um campo de futebol e de percursos pedestres;

Considerando que esta zona da cidade apresenta uma área desportiva útil de 2,95m² por habitante, média bastante inferior aos valores recomendados internacionalmente, de 4m² por habitante, justifica-se a construção deste novo complexo neste local, o que vai permitir o cumprimento dos rácios recomendados;

Considerando o interesse público subjacente à celebração do presente protocolo, alcançado através da requalificação e criação de um complexo desportivo que se destina a satisfazer as necessidades coletivas do município de Braga;

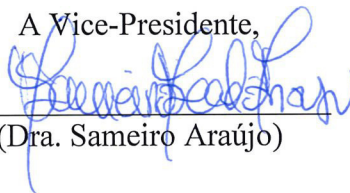
Considerando ainda que a celebração do presente protocolo visa assegurar uma gestão e utilização racional dos bens imóveis objeto do presente protocolo concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios;

Assim,

Propõe-se ao Executivo Municipal a aprovação da minuta de Protocolo em anexo, entre o Município de Braga e a Universidade do Minho, que permitirá a construção de um novo polo desportivo no concelho de Braga.

Braga, 02 de agosto de 2020

A Vice-Presidente,



(Dra. Sameiro Araújo)



Universidade do Minho



PROTOCOLO – CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO

Considerando que a Universidade do Minho, fundação pública com regime de direito privado, tem também como missão contribuir para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade (cfr. artigo 1.º e n.º 1 do artigo 2.º dos Estatutos da Universidade do Minho, adiante designados por Estatutos);

Considerando que a Universidade do Minho tem como objetivos, nomeadamente, a formação humana ao mais alto nível, nas suas dimensões ética, cultural, científica, artística, técnica e profissional, através de uma oferta educativa diversificada, da criação de um ambiente educativo adequado, da valorização da atividade dos seus docentes, investigadores e pessoal não docente e não investigador, e da educação pessoal, social, intelectual e profissional dos seus estudantes, contribuindo para a formação ao longo da vida e para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, bem como a interação com a sociedade, através de parcerias para o desenvolvimento social no contexto regional, designadamente, e a contribuição para o desenvolvimento social da região em que se insere e para o conhecimento, defesa e divulgação do seu património natural e cultural (cfr. alíneas a), f) e g) do n.º 2 do artigo 2.º dos Estatutos);

Considerando que a concretização destes objetivos requer à Universidade a criação de condições de bem-estar nos seus campi;

Considerando que nos termos do estabelecido no artigo 52.º do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual (diploma que estabelece as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, bem como o regime jurídico da gestão dos bens imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos), aqui aplicável, *“A administração de bens imóveis compreende a sua conservação, valorização e rendibilidade, tendo em vista a prossecução do interesse público e a racionalização dos recursos disponíveis, de acordo com o princípio da boa administração”*, constituindo a cedência de utilização uma forma de administração dos imóveis;

Considerando ainda que a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, constituem atribuições dos municípios, nos termos do estabelecido no n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua redação atual);

Considerando que os municípios dispõem de atribuições nos domínios do património, tempos livres e desporto (cfr. alíneas e) e f) do n.º 2 do citado artigo 23.º);

Considerando que compete à câmara municipal *“apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças”* (cfr. alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando que o Município de Braga tem como objetivo estratégico dotar a cidade de espaços verdes e de lazer que permitam disponibilizar à população alternativas credíveis para a prática desportiva, formal e informal;

Considerando que o presente protocolo permitirá dotar a cidade de Braga de um novo polo desportivo e de lazer para utilização da população em geral, composto de um campo de futebol e de percursos pedestres;

Considerando que esta zona da cidade apresenta uma área desportiva útil de 2,95m² por habitante, média bastante inferior aos valores recomendados internacionalmente, de 4m² por habitante, justifica-se a construção deste novo complexo neste local, o que vai permitir o cumprimento dos rácios recomendados;

Considerando o interesse público subjacente à celebração do presente protocolo, alcançado através da requalificação e criação de um complexo desportivo que se destina a satisfazer as necessidades coletivas do município de Braga;

Considerando ainda que a celebração do presente protocolo visa assegurar uma gestão e utilização racional dos bens imóveis objeto do presente protocolo concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios;

É celebrado entre

A **Universidade do Minho, adiante designada de UMINHO**, com sede no Largo do Paço, em Braga, pessoa coletiva n.º 502 011 378, aqui representada por Rui Manuel Costa Vieira de Castro, na qualidade de Reitor da Universidade;

e

O **Município de Braga, adiante designado de MBRAGA**, com sede na Praça Município, 4700-435, Braga, NIPC 506 901 173, aqui representada por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal,

o presente Protocolo que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

(Identificação dos prédios)

A UMinho, é proprietária dos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Braga sob os n.º 2366 na freguesia Gualtar, 3574 na freguesia Braga (São Victor) inseridos na respetiva matriz sob o artigo 82, rústico, com a área de 34,459494 (ha) – 344594,94 m², e do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga com o n.º 984 freguesia de Gualtar e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 292, rústico, com a área de 0.363700 (ha) 3 637 m², devidamente identificados na planta anexa.

Cláusula 2.ª

(Intenção das partes e objeto)

1. É intenção da UMinho, em colaboração com o MBraga, no âmbito das atribuições e competências que lhe estão cometidas, dotar a área onde os prédios descritos na cláusula 1.ª se encontram localizados das adequadas condições de prática desportiva e de atividades de lazer, a esta data inexistentes.

2. Com vista a concretizar as intenções referidas no número anterior, a UMinho cede ao MBraga, para fins de interesse público, a utilização dos prédios identificados na cláusula 1.^a do presente Protocolo, nas condições a seguir definidas.

Cláusula 3.^a
(Condições Gerais)

1. Os prédios identificados na cláusula primeira, após concretização das intenções constantes da cláusula anterior, destinam-se a uso público, com as limitações a seguir referidas e constantes das cláusulas seguintes:
 - a) Não é permitida a circulação de veículos na zona intervencionada, objeto do presente Protocolo, designadamente nos percursos e trilhos identificados nas figuras 2, 3 e 4 do Anexo I, à exceção dos veículos de emergência e os de propriedade da UMinho e do MBraga, neste caso apenas para manutenção dos espaços em questão;
 - b) A UMinho reserva-se o direito de admissão aos seus espaços e instalações.
2. A gestão dos espaços, referenciados na cláusula 1.^a, e melhor identificados na planta anexa, é partilhada, nos termos definidos nas cláusulas seguintes.

Cláusula 4.^a
(Responsabilidades da UMinho)

No âmbito do presente Protocolo é responsabilidade da UMINHO:

- a) Desenvolvimento do projeto de arquitetura da intervenção global no espaço identificado na cláusula 1.^a, excetuando o projeto do campo de futebol, das bancadas e balneários que será da responsabilidade do MBraga;
- b) Abate gradual de espécies invasoras;
- c) Reflorestação arbórea;
- d) Manutenção regular dos espaços verdes do monte;
- e) Instalação de sistema de videovigilância, nos termos legalmente permitidos, nos circuitos pedonais e clareiras.

Cláusula 5.^a
(Responsabilidades do MBraga)

1. Com vista a concretizar o vertido na cláusula 2.^a, e tendo em conta que o prédio descrito na cláusula 1.^a possui as características necessárias a tal concretização, nomeadamente em termos de localização e de acessos, pelo presente protocolo, o MBraga compromete-se a concretizar o projeto que se ilustra no Anexo I, executando os trabalhos que se detalham no Anexo II e fornecendo os equipamentos identificados no Anexo III.
2. Estão, designadamente, incluídos no projeto a executar os seguintes trabalhos:
 - a) Desenvolvimento do projeto do campo de futebol, das bancadas e balneários, consultando a UMinho;
 - b) Reabilitação e manutenção do campo de futebol;
 - c) Construção, exploração e manutenção das respetivas bancadas e balneários;
 - d) Fornecimento de água, gás e energia elétrica;
 - e) Iluminação do campo de futebol e dos percursos;
 - f) Trabalhos de drenagem e de abastecimento de água;
 - g) Instalação de sistema de videovigilância, nos termos legalmente permitidos, no recinto desportivo;
 - h) Beneficiação e manutenção de uma rede de percursos pedonais principais, percursos pedonais secundários e trilhos;
 - i) Beneficiação e manutenção de portas e clareiras.
3. Os trabalhos constantes dos Anexos I, II e III estarão concluídos até ao final do primeiro trimestre de 2022, podendo este prazo ser alterado por razões de interesse público devidamente fundamentado.

Cláusula 6.^a
(Princípio da onerosidade)

As despesas relativas à concretização e execução destes projetos, constantes dos Anexos I e II e fornecimento dos equipamentos identificados no Anexo III, que se estimam num valor máximo de cerca de 2 milhões de euros, correm por conta do MBraga, dando cumprimento ao disposto no artigo 4.º do Regime do Património Imobiliário Público (Princípio da Onerosidade), não podendo ser imputada à UMinho qualquer despesa decorrente da execução dos trabalhos constantes dos citados Anexos.

Cláusula 7.^a
(Utilização do campo de futebol)

1. A UMinho terá prioridade na utilização do recinto desportivo nos dias úteis das 09h00 às 17h00, após a realização das obras descritas na cláusula 5.^a.
2. Os termos de utilização do campo de futebol, constantes do número anterior, deverão ser ajustados, por acordo das partes, a celebrar por escrito, em aditamento ao presente protocolo.
3. Ao MBraga não é permitido sublocar, emprestar ou ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste acordo, sem autorização expressa da UMinho.

Cláusula 8.^a
(Reparação e manutenção dos equipamentos)

Compete ao MBraga proceder, por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as reparações, conservação e manutenção do recinto desportivo, bem como dos percursos, trilhos e área adjacente, pelo período em que vigorar o presente Protocolo.

Cláusula 9.^a
(Benfeitorias)

Todas as benfeitorias realizadas na parcela de terreno objeto da presente cedência de utilização ou nos equipamentos levadas a cabo pelo MBraga consideram-se neles integradas, não havendo lugar a qualquer indemnização finda a vigência do presente Protocolo.

Cláusula 10.^a
(Prazo)

1. O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e é celebrado pelo prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser renovável por acordo entre as partes.
2. Atento o disposto na cláusula 6.^a do presente Protocolo, considera-se que o prazo fixado no número anterior é o adequado à satisfação dos requisitos da economia, eficiência e eficácia previsto no citado Regime Jurídico do Património Imobiliário Público (RJPIP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual.

Cláusula 11.^a
(Restituição)

- 1- O incumprimento das condições da cedência ou a inconveniência da sua manutenção confere à UMinho o direito de declarar a restituição dos imóveis, nos termos do estatuído no n.º 2 do artigo 58.º do RJPIP, sem prejuízo da garantia do cumprimento das atividades e dos compromissos assumidos e dos calendários desportivos aprovados no âmbito do presente protocolo.
- 2- Para efeitos do número anterior, a inconveniência da manutenção da cedência, apenas pode ser invocada quando estiverem em causa circunstâncias excecionais e devidamente fundamentadas que possam comprometer o normal e regular funcionamento da atividade da UMinho, e que justifique a ponderação e conciliação dos interesses públicos subjacentes à celebração deste protocolo.

Cláusula 12.^a
(Casos Omissos)

Tudo o que não estiver expressamente regulado no presente protocolo será regido pelas disposições legais aplicáveis.

Cláusula 13.^o
(Foro)

Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do presente Protocolo que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem, nos termos legalmente estabelecidos.

Cláusula 14.^a
(Aprovação)

A minuta relativa ao presente Protocolo foi aprovada pelos competentes órgãos da Universidade e do Município, emXXXXXXXXXX

Celebrado em Braga aos XX dias do mês de XXXXX de 2020, com dois exemplares, de igual valor.

Braga, XX de XXXXX de 2020

O Reitor da Universidade do Minho

O Presidente do Município de Braga

(Rui Manuel Costa Vieira de Castro)

(Ricardo Bruno Antunes Machado
Rio)

ANEXO I – PROJETO A EXECUTAR PELO MUNICÍPIO DE BRAGA

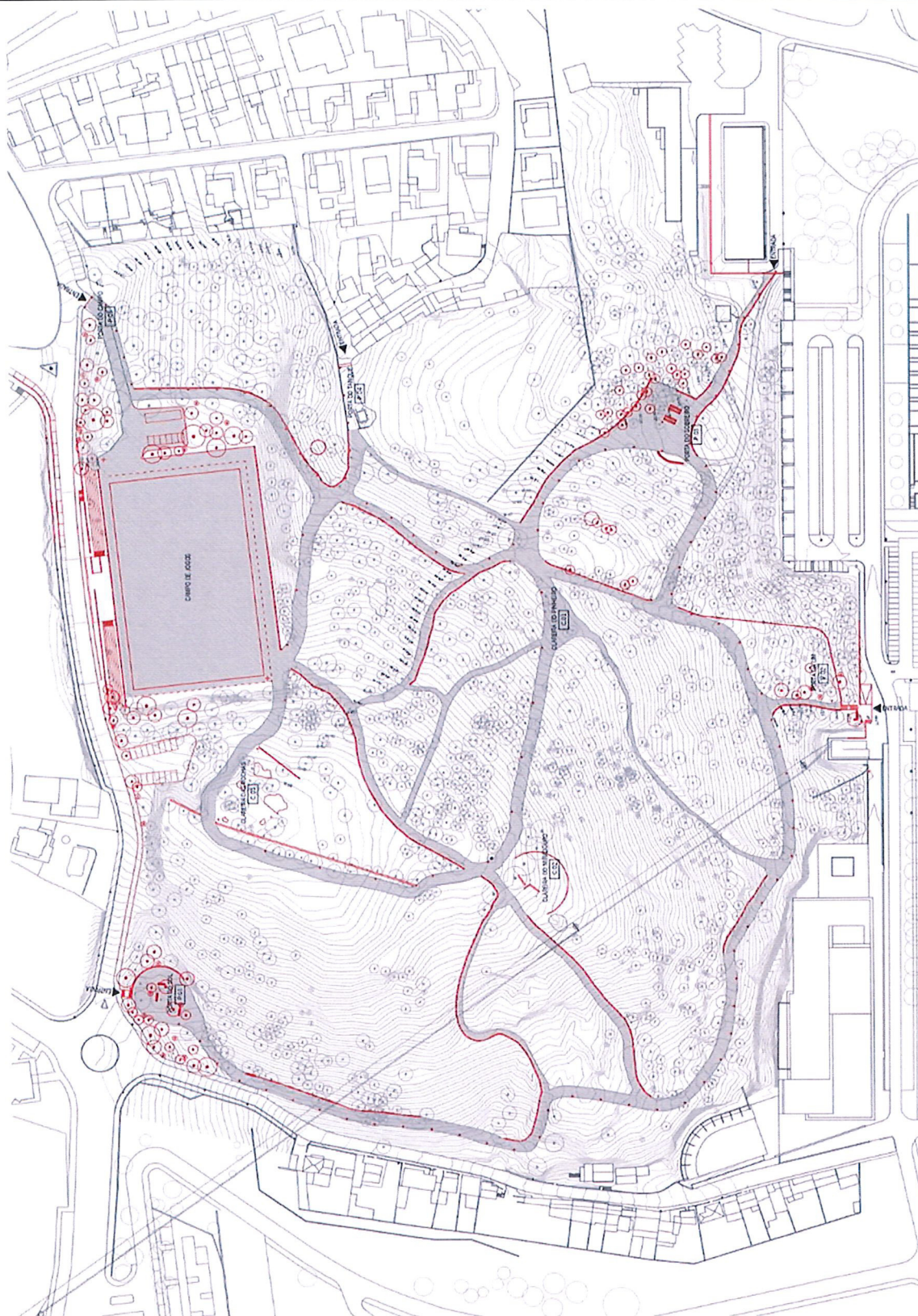


Figura 1. Planta geral com destaque dos percursos pedonais, trilhos, clareiras e portas

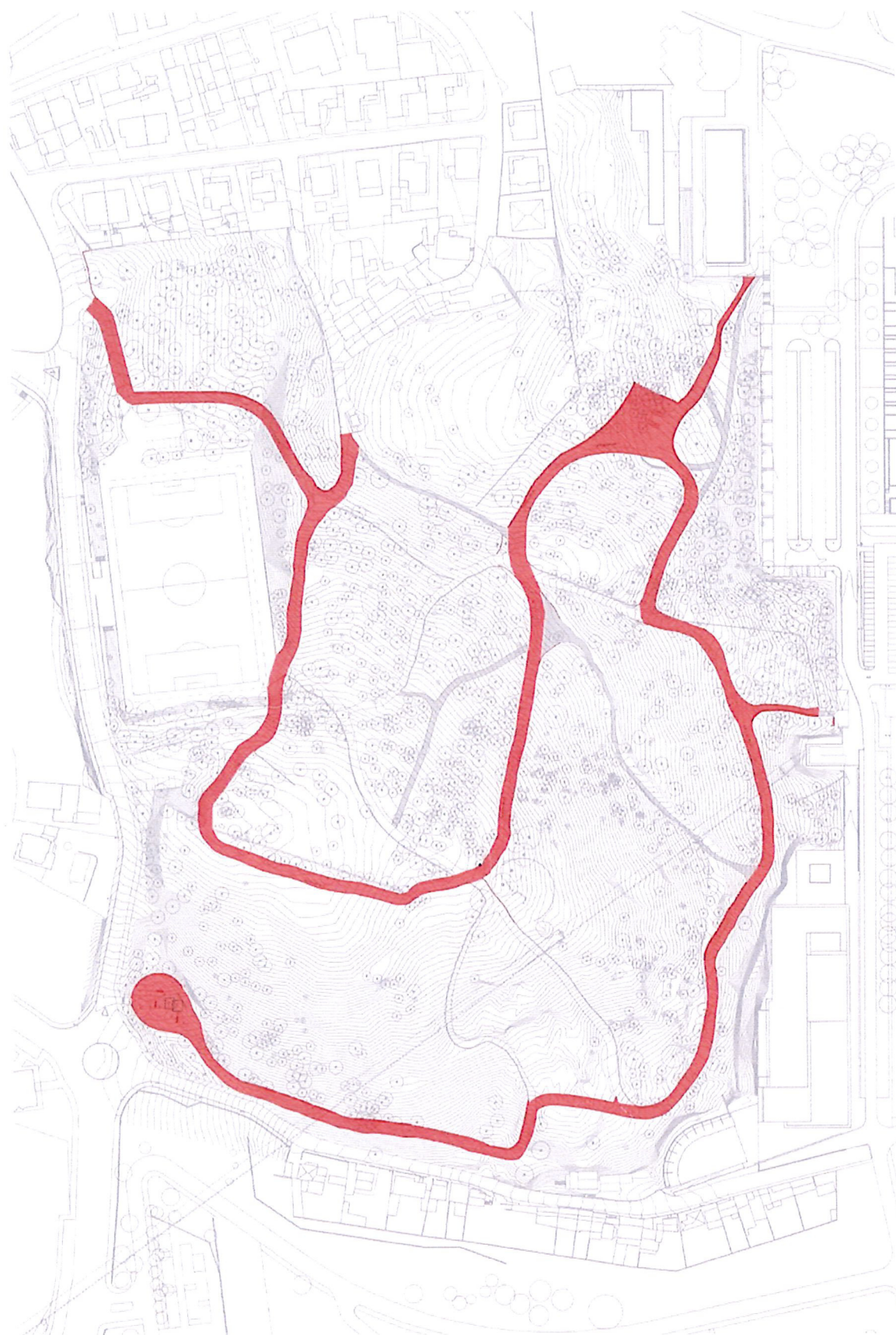


Figura 2. Planta do percurso pedonal principal

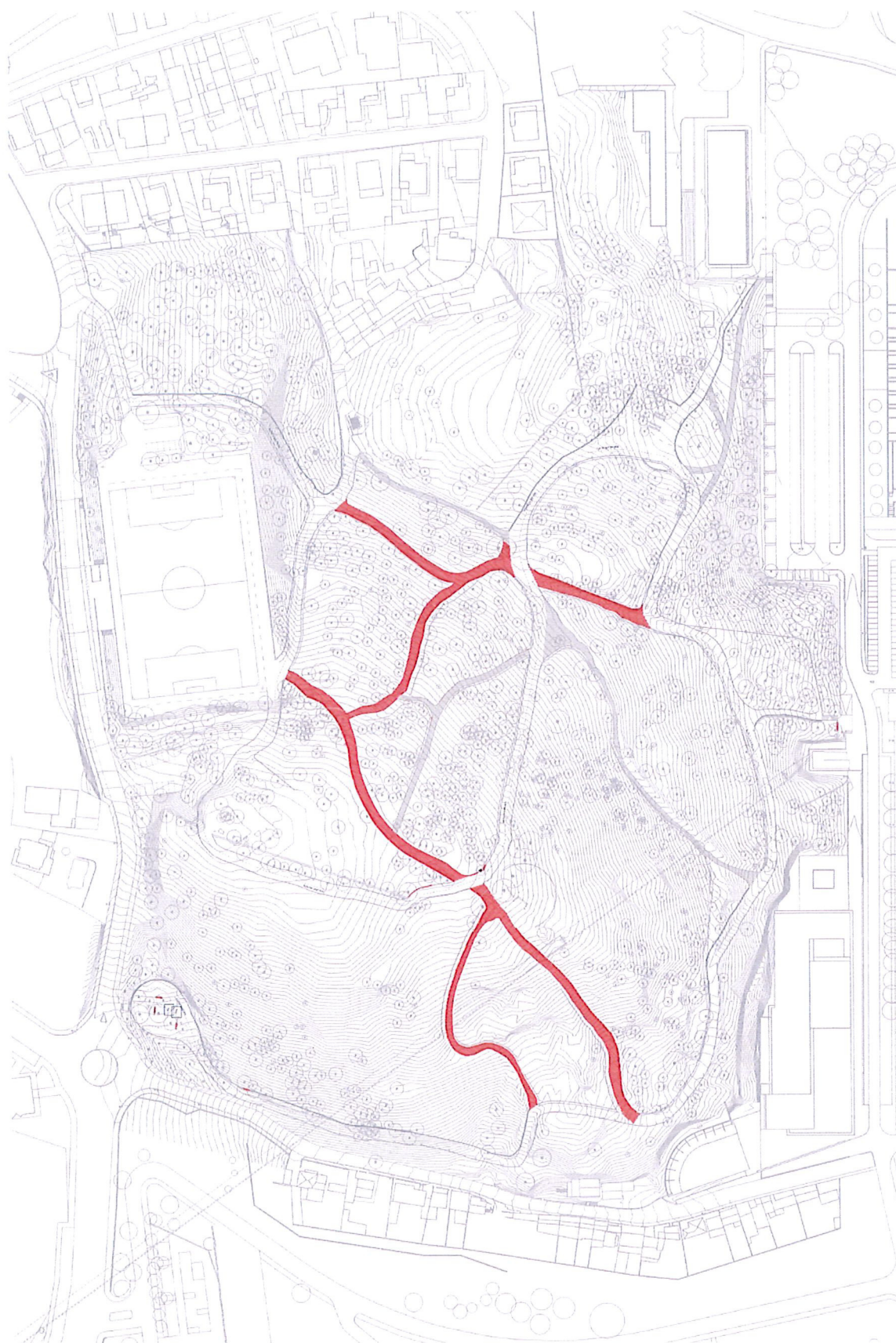


Figura 3. Planta dos percursos pedonais secundários

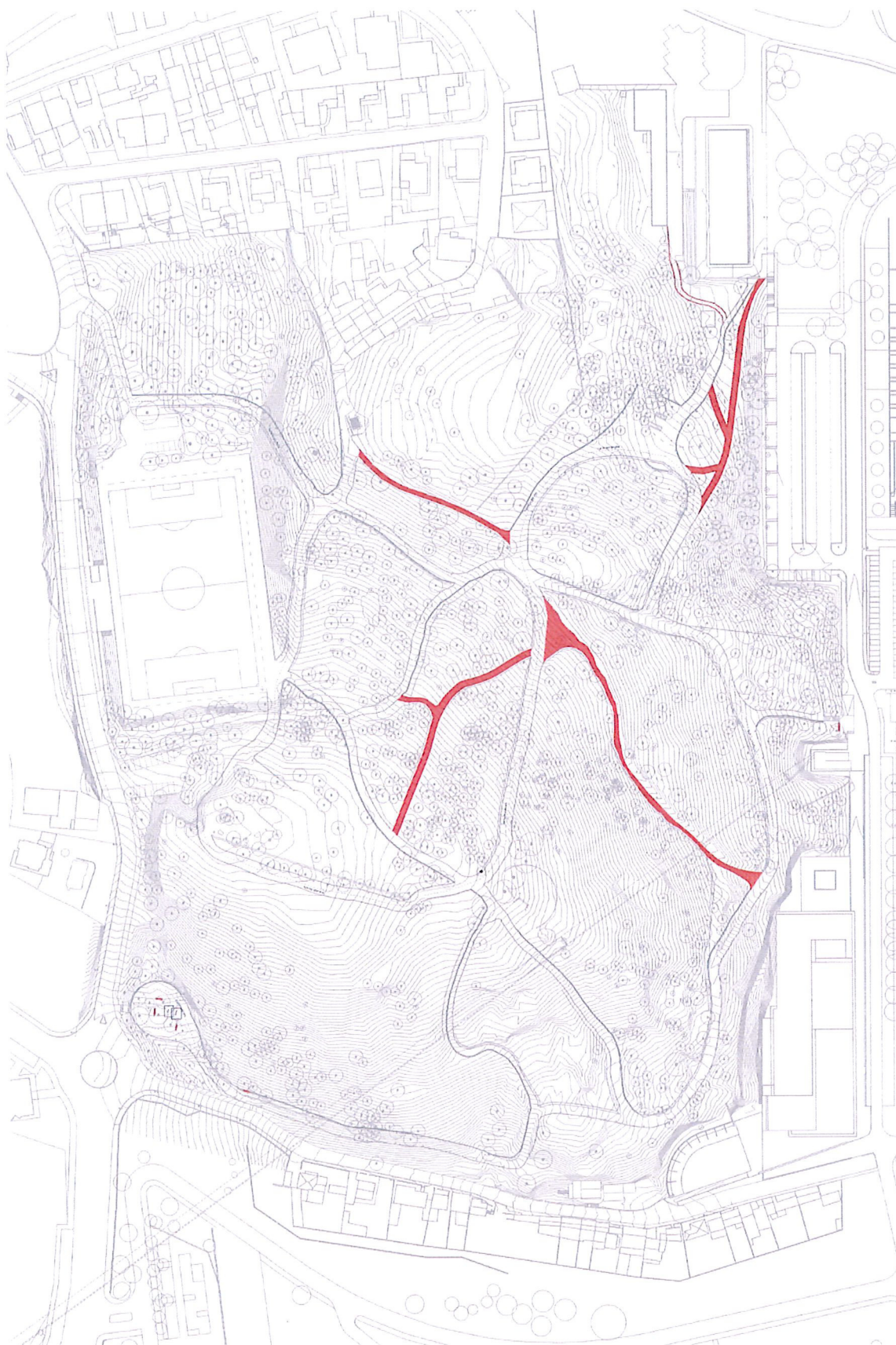


Figura 4. Planta dos trilhos

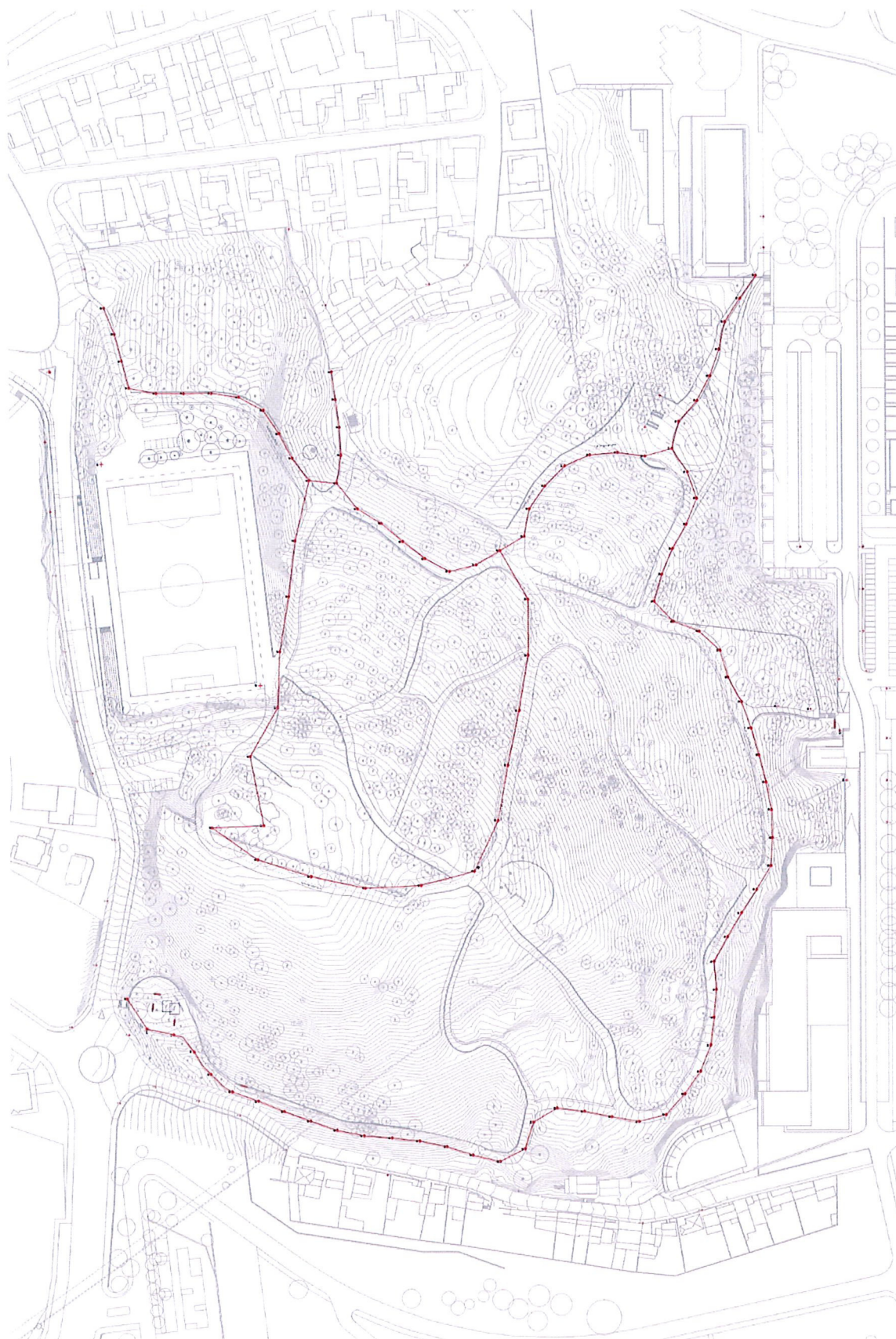


Figura 5. Planta de localização de postes de iluminação



Figura 6. Planta de guias e estrutura de drenagem

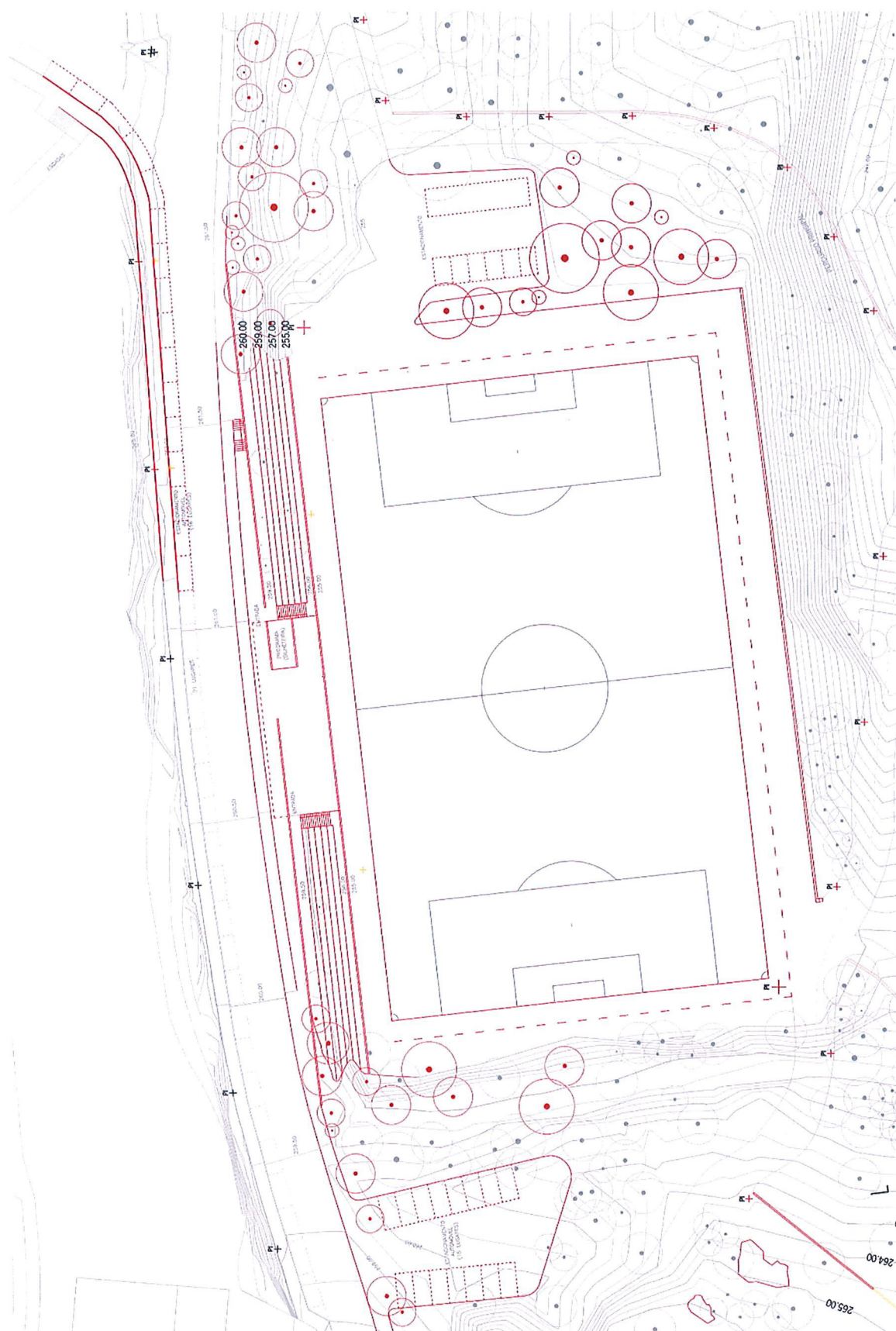


Figura 7. Campo de futebol, bancadas e balneários

ANEXO II – TRABALHOS A EFETUAR PELO MUNICÍPIO DE BRAGA

PERCURSOS E TRILHOS

Percurso Principal

Extensão total 1.293 m | Largura de 4.0 a 5.0 m

- Limpeza do percurso
- Abertura de novos percursos
- Colocação de muros ou guias em zonas necessárias
- Colocação de iluminação (variável)

Percursos Secundários

Extensão total 574 m em diferentes tramos
Largura de 2.5 a 5.0 m

- Limpeza dos percursos
- Colocação de guias em zonas necessárias (drenagem)
- Colocação de iluminação (variável)

Trilhos

Extensão total 484 m
Largura até 2.5 m

- Limpeza dos percursos
- Abertura de valas de drenagem se necessário

PORTAS E CLAREIRAS

- Colocação de bancos, bebedouros e papeleiras (quando necessário)
- Construção de muros e escadas de acesso (quando necessário)
- Limpeza dos espaços
-

P01. Porta do Sol

- Limpeza do percurso
- Reforço do talude com vegetação arbustiva
- Escada de acesso
- Retirar/ demolir vedação

P02. Porta da UMinho

- Drenagem das águas pluviais
- Modelação do terreno para acesso
- Escada/ rampa de acesso
- Limpeza do percurso
- Pavimentar passeio

P03. Porta do Sobreiro

- Compactação do terreno - zonas de compostagem

P04. Porta do Tanque

- Identificação dos percursos
- Limpeza da zona de transição

P05. Porta do Campo

- Limpeza e alargamento do percurso

C01. Clareira do Pinheiro

- Identificação e limpeza dos percursos

C02. Clareira do Miradouro

- Demolição de vedação
- Identificação e limpeza dos percursos
- Colocação de guarda metálica

C03. Clareira das Rochas

- Limpeza do percurso e clareira
- Demolição de parte da vedação existente
- Reconstrução do muro de granito

CAMPO DE FUTEBOL

- Construção bancada (c. 400 lugares)
- Reformulação balneários (4 equipas + 2 arbitragem)
- Possível programa (bilheteira)
- Criação de duas bolsas de estacionamento (15 lugares + 2 autocarros)
- Reforço de talude com vegetação arbustiva
- Campo de jogos (55m x 90m)
- Reformular rua maria delfina gomes
- Reformular passeios
- 16 novos lugares de estacionamento (60 no total)

- Reperfilamento da recolha de águas pluviais
- Criação e manutenção da bacia de retenção

ANEXO III – EQUIPAMENTOS A FORNECER PELO MUNICÍPIO DE BRAGA

PORTAS E CLAREIRAS

P01. Porta do Sol

- 4 bancos de granito
- 6 postes de iluminação (percurso)
- 1 papeleira
- 1 bebedouro

P02. Porta da UMinho

- 1 banco de granito
- 4 postes de iluminação (percurso)
- 1 papeleira

P03. Porta do Sobreiro

- 5 bancos de granito
- 2 mesas
- 1 bebedouro
- 1 papeleira
- 12 postes de iluminação (11 no percurso)

P04. Porta do Tanque

- Remate do pavimento
- Guarda metálica de proteção da mina
- 4 postes de iluminação

P05. Porta do Campo

- 4 postes de iluminação

C01. Clareira do Pinheiro

- 6 postes de iluminação (percurso)

C02. Clareira do Miradouro

- 2 bancos de granito
- 1 guarda metálica
- 4 postes de iluminação (percurso)

C03. Clareira das Rochas

- 4 postes de iluminação (3 no percurso)